

EXPERIENCIA, IDENTIDADE E A CRIAÇÃO DO TOCANTINS*

EXPERIENCIA, IDENTIDAD Y LA CREACIÓN DE TOCANTINS

EXPERIENCE, IDENTITY AND THE CREATION OF TOCANTINS

Jean Carlos Rodrigues

Professor do Curso de Geografia do Campus de Araguaína da
Universidade Federal do Tocantins (UFT).
jeancarlos@uft.edu.br

Resumo: O Estado do Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989. Ele foi emancipado a partir do desmembramento da porção norte do Estado de Goiás. O artigo problematiza as representações que moradores do norte e extremo norte do Tocantins construíram sobre o novo estado. Nas falas dessas pessoas aparecem um discurso referente ao abandono da região norte de Goiás pelo poder público e as suas interpretações sobre as vantagens da divisão do estado goiano. Outro assunto abordado na pesquisa e que aparece nos relatos desses moradores diz respeito ao fato de se sentirem e se identificarem com o novo estado. Consideramos, por meio desta pesquisa, que o lugar dos sujeitos influencia em seus modos de perceberem, se identificarem e se relacionarem com a nova identidade que, da noite para o dia, fez com que essas pessoas deixassem de ser goianas para se tornarem tocantinenses, embora ainda seja identificado no território algumas marcas e rugosidades da época em que o Tocantins pertencia a Goiás.

Palavras-chave: Experiência; Identidade; Cultura; Lugar; Estado do Tocantins.

Resumen: El Estado de Tocantins fue creado en 1988 e instaurado en 1989. Él fue emancipado a partir del desmembramiento de la porción norte del Estado de Goiás. El artículo problematiza las representaciones que moradores del norte y extremo norte de Tocantins construyeron sobre el nuevo estado. En las hablas de esas personas aparece un discurso referente al abandono de la región norte de Goiás por el poder público y sus interpretaciones sobre las ventajas de la división del estado goiano. Otro asunto abordado en la investigación y que aparece en los relatos de estos habitantes dice respecto al hecho de sentirse e identificarse con el nuevo estado. Consideramos, por medio de esta investigación, que el lugar de los sujetos influencia sus modos de percibir, identificarse y relacionarse con la nueva identidad que, de la noche a la mañana, hizo que esas personas dejaran de ser goianas para tornarse tocantinenses, no obstante aún sean identificadas en el territorio algunas marcas y rugosidades de la época en que Tocantins pertenecía a Goiás.

Palabras-clave: Experiencia; Identidad; Cultura; Lugar; Estado de Tocantins.

Abstract: The State of Tocantins was established in 1988 and formally inaugurated in 1989. The area was emancipated following its breakaway from the northern part of the state of Goiás. The article discusses representations in relation to the new state as constructed by residents from the northern and extreme northern areas of Tocantins. Their discourse refers to governmental neglect of the northern region of Goiás and their interpretations of the advantages of dividing the state of Goiás. Another issue addressed in the research, which emerged in the reports from these residents, is their identification with the new state. Through this research, we point to ways in which the location of subjects affects their ways of perceiving, identifying and engaging with a new state identity, as the citizens of Goiás became the citizens of Tocantins overnight, although the area still bears a few wrinkles and marks left from the period when Tocantins was part of Goiás.

Key-words: Experience, Identity, Culture, Location, State of Tocantins.

* O artigo é resultado de pesquisa que investiga a criação do Estado do Tocantins.

1. Introdução

Este artigo fundamenta-se nas possibilidades abertas pela “nova geografia cultural”, que se efetiva através da reflexão teórica herdada de autores que nos apresentam um conjunto de reflexões na geografia que permitem a exploração das *identidades* e dos *espaços de representações* dos sujeitos a partir do *lugar* em que vivem. Assim, ao longo deste trabalho, vamos explorar com maior ênfase a tríade *espaço de representação-identidade-lugar* e suas implicações sobre o ser/estar no norte e extremo norte do Estado do Tocantins.

A experiência e a identidade têm sido, constantemente, duas preocupações presentes nos estudos que os geógrafos têm desenvolvido no âmbito da cultura. O princípio das diferenças entre as pessoas delimita fronteiras identitárias e estabelece uma ponte entre o “eu” e o “outro”. O “outro”, dizia Sartre (2010, p. 47), é indispensável para nossa existência e para o nosso autoconhecimento. Segundo o autor, “o homem decide o que ele é e o que os outros são” (SARTRE, 2010, p. 48). Sabemos quem “somos” porque nos deparamos com aqueles que “não somos”. As identidades se constituem e se consolidam a partir das políticas de afirmação e de pertencimento dos grupos humanos frente aos que nos referimos como “os diferentes”, “os desiguais”, “os estranhos”. A alteridade de homens (e lugares) se projeta pela forma como concebemos o mundo a partir de nossas experiências.

Entretanto, nossa existência tem se tornado cada vez mais complexa. E isso afeta nossas experiências e identidades. Atualmente é difícil dizer quem somos: se a identidade atua como forma de nos posicionar no mundo, esse ser-no-mundo é cada vez mais difícil de decifrar. A revolução técnica, científica e informacional contemporânea nos expõe a uma possibilidade de acessos, trocas e comunicações em escala global que coloca em debate, inclusive, nossas formas de conceber a identidade local. Não é mais possível pensá-la nos moldes dos “gêneros de vida”, de Vidal de la Blache. Estamos sobre circunstâncias espaciais, históricas e políticas diferentes do momento vidaliano.

Nossas espacialidades existenciais adquirem novos sentidos a partir de nossas formas de concebermos as identidades. Os lugares, cada vez mais articulados, atrelados a um “mundo de fluxo” (MASSEY, 2008, p. 126), são lócus das experiências espaço-temporais dos sujeitos e o ponto de encontro da diversidade de pessoas, coisas e objetos. Para Massey (2008, p. 144),

se o espaço é a esfera da multiplicidade, o produto das relações sociais, e essas relações são práticas materiais efetivas, e sempre em processo, então o espaço não pode nunca ser fechado, sempre haverá resultados não previstos, relações além, elementos potenciais de acaso.

Nesta concepção, os lugares se substantivam a cada momento a partir de novas experiências produzidas por aqueles que os vivenciam a cada instante e que lhes atribuem os mais diversos sentidos, valores e significados. Para Dardel (2011, p. 41), o lugar, enquanto Terra,

é o advento do sujeito, fundamento de toda a consciência a despertar a si mesma; anterior a toda objetivação, ela se mescla a toda tomada de consciência, ela é para o homem aquilo que surge no ser, aquilo sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de sua hábitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu penar, aquilo a que ele adapta sua preocupação de construir e eregir.

Estas produções de referências identitárias influenciam em nossa forma de concebermos nossos espaços. Dardel (2011) já nos orientou nesse sentido quando afirmou que o “amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino” (DARDEL, 2011, p. 1-2). O existir implica numa estreita relação com o lugar e influencia em nossa identidade a partir de nossas experiências. Por isso torna-se importante analisar como as pessoas existem no lugar, que sentidos e significados elas atribuem ao pertencer a uma dimensão espacial com a qual estabelecem trocas, constroem relações e vivem o cotidiano.

No caso da criação do Estado do Tocantins, as identidades e experiências ganharam novo contorno a partir de sua emancipação. Até 1988, a região que hoje constitui o território tocantinense pertencia ao norte do Estado de Goiás. As referências identitárias, portanto, eram goianas e as pessoas se reconheciam enquanto tal. Da noite para o dia, de 31 de dezembro de 1988 para o dia 01 de janeiro de 1989, todos amanheceram tocantinenses. Isso provocou a construção de novos sentidos sobre as representações que os sujeitos possuíam sobre, agora, ser tocantinense. As identidades territoriais foram, aos poucos, inventadas para produzir uma noção de pertencimento ao estado tocantinense.

Estas invenções culturais são típicas de regiões nas quais as referências identitárias não estão ainda muito claras, mas é necessário serem criadas para legitimar ações políticas. Para Araújo e Haesbaert (2007, p. 46), “(...) em lugares com menor especificidade ou densidade ‘histórica’, esses referenciais também [são] ‘inventados’ (...)”. Algo nesse sentido ocorreu no Tocantins, quando a literatura regional produziu a “identidade jesuítica” no norte goiano (atual Tocantins) contrapondo-a a “identidade bandeirante” do sul goiano (atual Goiás).

Em nossa concepção, foi na frágil construção representativa dos contrários, das oposições (goianos *versus* tocantinenses) elaboradas por uma elite política detentora do poder que o sentido de identidade regional se estruturou (RODRIGUES, 2010). Se do ponto de vista territorial o Estado do Tocantins teve data e hora para ser instalado (01/01/1989), o mesmo não ocorreu com sua

territorialidade cultural, uma herança que permanece ainda hoje dos tempos em que a região sobre a qual foi instalado identificava-se por pertencer ao Estado de Goiás.

Assim, compreende-se que a identidade cultural regional torna-se algo que extrapola as construções políticas e torna-se uma questão de pertencimento territorial. Deixa de ser um *território da política* para ser uma *política de território*. Território e cultura, portanto, são elementos indispensáveis na análise das identidades regionais, coletivas ou individuais.

A seguir, apresentamos a interpretação de moradores do norte e extremo norte do Tocantins sobre a criação do estado e sua emancipação. Estas pessoas nos relataram o modo como elas vivenciaram este processo e expressaram suas perspectivas acerca da criação desta unidade da federação, no fim da década de 1980. Falam do abandono do norte goiano, do progresso experimentado e do bem-estar adquirido com a criação do Estado do Tocantins.

2. A criação do Estado do Tocantins na perspectiva dos moradores do norte e extremo norte do estado

O nosso universo de pesquisa se constituiu de 32 (trinta e duas) pessoas, entre homens e mulheres, todos professores da Educação Básica do Estado do Tocantins. Esses alunos-professores estão matriculados no Curso de Geografia no PARFOR de Araguaína. Vamos expressar, em linhas gerais, o que vem a ser o PARFOR a fim de permitir uma melhor compreensão de nossa atividade pelos leitores.

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (CAPES), de instituições públicas de educação superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos estados e municípios. O PARFOR é um plano que objetiva assegurar a formação docente exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para professores.

O PARFOR oferece cursos superiores de primeira licenciatura (para docentes que não possuem curso superior); segunda licenciatura (para docentes que atuam em área diferente da qual foi formado); e formação pedagógica (para docentes graduados, porém que não possuem licenciatura). Trata-se, portanto, de um programa voltado para a formação continuada de professores da Educação Básica que já atuam no ensino público, estadual ou municipal.

No Estado do Tocantins ele está sob responsabilidade da Universidade Federal do Tocantins, a qual oferece cursos nessa modalidade em todos os seus 07 (sete) campus. No Campus de Araguaína são oferecidos os cursos de Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogia, todos na modalidade licenciatura.

Assim, no conjunto de 05 (cinco) licenciaturas no campus, trabalhamos nesta pesquisa com as representações elaboradas pelos alunos de apenas 01 (um) destes cursos: o de Geografia. Esses alunos residem nas regiões norte e extremo-norte do estado, esta última conhecida como Bico do Papagaio. É nesta região que se encontra a cidade de Esperantina na qual há o encontro dos rios Araguaia e Tocantins. A mesma faz fronteira com os estados do Pará e Maranhão e é o local de residência de 08 (oito) alunos, de um total de 32 entrevistados, o que corresponde a 25% do nosso universo total.

Para Santos (2007, p. 107), “cada homem vale pelo lugar em que está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território”. Se as condições dadas pelo lugar de cada sujeito influenciam no seu valor, acreditamos que o lugar também interfere nas concepções e representações de mundo que essas pessoas produzem sobre si mesmos e sobre seu pertencimento regional. O lugar, enquanto espaço das diferenciações sociais em vários aspectos, produz um conjunto de valores que influenciam nas concepções dos sujeitos acerca do entendimento e visão de mundo que cada um produz acerca do espaço circundante.

Kosik (2002) já havia afirmado algo neste sentido. Segundo o autor, “o homem é antes de tudo aquilo que o seu mundo é. Este ser que não lhe é próprio determina a sua consciência e lhe dita o modo de interpretar a sua própria existência” (KOSIK, 2002, p. 85). Assim, podemos considerar que as pessoas produzem sua consciência enquanto sujeitos a partir do mundo em que vivem e desempenham suas atividades, ou seja, o ser-no-mundo passa pela questão do estar-no-mundo.

As experiências construídas por esses sujeitos a partir do ser/estar no norte e extremo norte do estado influenciam na produção de suas compreensões e representações sobre o Tocantins. Para Jovchelovitch (2000, p. 40) “é no encontro público de atores sociais, nas várias mediações da vida pública, nos espaços em que sujeitos sociais reúnem-se para falar e dar sentido ao cotidiano que as representação sociais são formadas”. Nesse sentido, o lugar desempenha um papel decisivo nessas produções de representações haja vista que partem dali as percepções sobre o que significa ser e viver nesta unidade da federação instalada em 1989.

Trata-se, portanto, de pessoas que produziram suas impressões acerca da criação do estado a partir de seu lugar no espaço, e das vivências experimentadas ao longo dos anos pelas condições sentidas em uma região muito peculiar no estado: o norte e extremo norte. As leituras e representações do Tocantins construídas pelos sujeitos da pesquisa através de seus relatos escritos e depoimentos orais são influenciadas pelo seu lugar de vivência. É dali, das condições postas e impostas pela configuração do lugar em vários aspectos (como saúde, educação, economia, cultura, trabalho, infraestrutura, entre outras), que eles se vêem e se entendem enquanto sujeitos habitantes desta unidade da federação.

É importante frisar, antes de partirmos para os relatos, algumas questões metodológicas: a primeira é que mantivemos a redação dos textos produzidos pelos entrevistados na forma como eles próprios escreveram. A segunda é que as expressões em *itálico* referem-se às perguntas que elaboramos aos mesmos.

Nossa primeira preocupação foi identificar se nossos entrevistados possuíam alguma identidade com o Tocantins. Começamos com o questionamento se eles *se sentiam tocantinenses*. Obtivemos respostas como: “sim, porque foi onde nasci e continuo morando”; “sim, porque nasci numa área que antigamente era Goiás, mas agora é Tocantins”; “sim, porque eu moro nessa terra”; “sim, porque eu faço parte de uma geração que viu o antigo norte de Goiás ser politicamente transformado em estado do Tocantins, que era o sonho de todos que aqui moravam”; “sinto sim, pois é aqui que eu moro com minha família. É aqui que eu trabalho”.

Nos exemplos de depoimentos apresentados acima, podemos observar duas questões importantes que influenciam na produção desta identidade regional. A primeira delas é que o lugar, como “centro do mundo” desses sujeitos se constitui pelo espaço do “nascer”, do “morar” e do “trabalhar”, ou seja, onde se desenvolve práticas de vivências e de trocas cotidianas nas quais as atitudes de sobrevivência e de convívio entre as pessoas alimentam o sentimento de pertencimento e produzem a referência ao lugar como “ponto fixo” de origem, de residência e de labor. Para Tuan (1983, p. 44), “as pessoas, em todos os lugares, tendem a considerar sua terra natal como o ‘lugar central’, ou o centro do mundo”. Em outras palavras, as pessoas se reconhecem enquanto tocantinenses pelo fato deste estado ser seu lugar de práticas e vivências. No lugar, por meio destas práticas, atribui-se valor!

Uma segunda questão que podemos levantar com base nos relatos acima se refere à temporalidade presente nas falas desses sujeitos que contribui para entendermos suas impressões acerca de se sentir tocantinense. Expressões como morar em uma área que “antigamente” era Goiás, mas que agora se tornou Tocantins ou pertencer a uma “geração” que vivenciou o norte de Goiás se tornar estado do Tocantins, nos mostra que a temporalidade, enquanto agente produtora das experiências vividas presentes na memória, está integrada junto com a espacialidade na constituição das identidades regionais e dos sentimentos de pertencimento ao lugar. Para Carlos (2007, p. 22), “(...) o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões de movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos”.

Mais do que isso, a experiência de vivenciar o processo de emancipação política-administrativa com relação a Goiás no final da década de 1980 reforça o sentimento de pertencimento ao lugar. Isso acontece na medida em que os entrevistados se percebem enquanto sujeitos que presenciaram o processo de constituição da nova unidade federativa pelo fato de

morarem na região na época e sentirem o “peso” do abandono desta quando pertencia ao governo goiano, tornando-se, portanto, “testemunhas” oculares de um período de transição política, econômica e espacial (quando Goiás, pertenciam ao Centro-Oeste do Brasil; agora Tocantins, pertencem a região Norte do país) no antigo norte goiano. Entretanto, é bom frisar que o fato de terem presenciado não significa, necessariamente, que tenham participado do processo de emancipação do estado.

Essa questão ganha reforço quando questionamos aos entrevistados o que, para eles, *significava ser tocantinense*. Obtemos respostas como: “ser tocantinense é primeiro de tudo amar seu estado, sentir-se parte dele e poder fazer parte de sua história contribuindo para sua melhoria”. Uma outra resposta foi essa: “é ter vivido aquele processo de transição, é morar no estado até hoje, ter construído uma família tocantinense e não pretender sair do estado pois adoro minha cidade, Ananás”. Ou seja, o poder “fazer parte da história” os coloca na posição de agentes do processo de criação, experiência vivida por pessoas que habitavam o antigo norte goiano na época.

Entretanto, surgiram outras respostas que corroboram o que foi dito acerca do “peso do abandono” da região com relação ao governo goiano. Alguns responderam que *ser tocantinense* significava ser “forte”, “guerreiro”, “persistente”, “batalhador”, “sofredor”, “trabalhador”, “sofrido”, “maltratado”, “abandonado”. Coincidentemente, essas palavras eram ditas com frequência pelo então deputado federal Siqueira Campos quando se referia ao “povo” do norte goiano em seus discursos na Assembléia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988, ocasião em que a criação do Estado do Tocantins foi aprovada pelo Congresso Nacional que resultou em sua instalação em 01/01/1989.

Quando questionamos os entrevistados *porque, na opinião deles, o estado do Tocantins foi criado*, as referências ao abandono do antigo norte goiano são presentes. Obtivemos respostas como: “pelo fato de não ter desenvolvimento no norte de Goiás, é como se as pessoas que ali residiam eram esquecidas pelos governantes”; “devido as dificuldades em que se encontrava o norte goiano com a falta de atenção do governo”; “para melhor desenvolver a região que na época era esquecida pelos seus governantes”; “para fortalecer as populações mais pobres do norte goiano. Pois o norte de Goiás era esquecido pelos políticos goianos”; “para melhorar as condições de vida das pessoas que viviam no antigo norte de Goiás e viviam em situações precárias”; “devido a necessidade e um novo estado para a federação, levando em conta que o povo do norte de Goiás era um povo esquecido”.

A questão do abandono está presente nas falas dos entrevistados. Seus espaços de representações elaborados sobre o Tocantins giram em torno da percepção do esquecimento e da ausência de um poder público atuante que fosse capaz de elaborar políticas que favorecessem condições mínimas de sobrevivência da população, já que a região estava em uma situação

“precária”. Não apenas ausência do poder público, mas do próprio governador de Goiás na época que não visitava a região.

Suas percepções acerca das *vantagens em ter se criado o Tocantins* é que as condições de vida, moradia e trabalho melhoraram. Segundo os entrevistados, “com a criação do estado, veio mais melhorias para o norte, melhorando a saúde, a educação. Com isso melhorou a qualidade de vida das pessoas que aqui vivem”. A emancipação de Goiás possibilitou aos entrevistados novas expectativas de vida. Segundo alguns relatos, “ser tocantinense é acordar de novo, é acordar para a vida, é ter esperança de uma vida digna (...) Tocantins para nós é um novo mundo”. Para outro entrevistado, a criação do estado é “(...) a experiência de renovar os sonhos, de renovar esperanças de desenvolvimento da região. Hoje existimos, deixamos de ser uma parte esquecida de Goiás”.

Expressões como “esperança”, “novo mundo”, “existir” são termos que alimentam as perspectivas dos entrevistados acerca do que significou para eles em 31/12/1988 dormir no Estado de Goiás e em 01/01/1989 acordar no Estado do Tocantins. Um entrevistado mencionou que “no dia 31/12/1988 dormi sonhando no novo e acordei de cabeça erguida (...)”. Para outro, “(...) os habitantes que ‘viviam’ no norte de Goiás amanheceram na manhã do dia 01/01/1989 com uma sensação de conquista, vitória e euforia”.

Um terceiro entrevistado disse que “foi uma experiência espetacular acordar tocantinense, com o coração cheio de esperanças e expectativas de dias melhores”. São as expectativas de condições de vida melhores que alimentaram a produção de um espaço de representação tocantinense (“espetacular”, para alguns entrevistados), repleto de novas possibilidades que tende a promover o desenvolvimento econômico e a construção de uma rede de infraestrutura mínima que melhorasse a vida de cada habitante do norte e do extremo norte do Tocantins.

Podemos identificar nessas falas uma forma de estabilizar a existência a partir das expectativas da criação do novo estado e dos benefícios que isto poderia gerar para os habitantes locais. Para Dardel (2011, p. 43), “o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, que lhe dá corpo e assinala a cada existente o seu lugar. É a Terra que, podemos dizer, *estabiliza* a existência”.

Entretanto, o fato dos entrevistados considerar a criação do Tocantins como algo de grande importância, não significa que não tenham uma interpretação crítica acerca do desenvolvimento prometido para a região do norte e do extremo norte do estado. Para um entrevistado, a condição de vida “(...) melhorou, mas ainda falta muita coisa a ser feita. Um exemplo é a saúde do nosso estado”. Para outro, “(...) houve um maior crescimento das cidades, um melhor atendimento da população em todos os aspectos. É claro que ainda precisa melhorar muito”. Estas percepções acerca do desenvolvimento regional com a criação do Tocantins refletem as necessidades da população local atingidas por uma situação caótica da saúde pública estadual. Um exemplo disso é

que em 19/04/2011, o Governo do Estado decretou “estado de calamidade pública” no setor de saúde do Tocantins.

Mas algo que nos despertou atenção neste trabalho foi sobre o conhecimento que a população do norte e extremo norte do estado possuía sobre o processo de emancipação da região com relação a Goiás. Um depoimento nos chamou muito a atenção. Segundo uma das entrevistadas,

no ano seguinte, no dia 01/01/1989, todos os habitante que era goiano passaram a ser tocaninense. **Os povos mais velhos tentava a alertar os familiares para não trocar os seus documentos, porque ao fazer a troca já vinha posteriormente com o número da besta-fera, foi um avoroço, o povo com medo, e dizia que os tempos já estava muito próximo porque tudo que estava na bíblia já se cumpria** (grifo nosso).

Esta interpretação mítica do que estava acontecendo no momento da transição de Goiás para Tocantins nos revela o quanto os elementos simbólicos da religião alimentavam os espaços de representações dos sujeitos. O interessante é observar que esta interpretação dos fatos e acontecimentos surgiu do norte e extremo norte do Estado do Tocantins. Os habitantes locais “mais velhos” mitificaram o processo por falta de uma compreensão mais plausível do que estava ocorrendo. Esta foi uma forma de produzir conhecimento e dar significado aos eventos sócio-políticos que estavam acontecendo.

Para Deschamps e Moliner (2009, p. 46), “(...) saber quem se é também exige que se seja capaz de explicar, de dar um sentido ao que se faz, ao que nos acontece”. Isso nos faz questionar se todos os habitantes do norte de Goiás estavam mesmo, de fato, por dentro dos acontecimentos; ou se esta emancipação do norte goiano não atendia apenas aos interesses de uma elite política local constituída por parlamentares, pecuaristas e empresários, e a população, que já se sentia abandonada por Goiás, assistiu a tudo sem ter participado de nada.

As interpretações milenaristas a acerca da realidade social ganham espaço e valor na medida em que os fatos não são explicados de maneira satisfatória para um grupo social. O milenarismo ocupa o lugar de um racionalismo lógico que deveria colocar os fatos na ordem e sequencia de seus acontecimentos. Se os “homens” não explicam bem os eventos, cabe o socorro a “Deus” para entendê-los.

3. Espaço de Representação, identidade e lugar no Estado do Tocantins

A tríade *espaço de representação-identidade-lugar* é importante de ser ressaltada neste caso por considerarmos que as representações e percepções (topofilias, diria Tuan, 1980) que produzimos sobre o espaço social de vivência são frutos, em parte, da forma como o concebemos.

Carlos (2007, p. 49) afirma que “lugar e identidade são indissociáveis”. Conjugados, estes dois elementos constroem representações que significam o lugar por meio da atribuição de valores e sentidos que alimentam o imaginário de seus habitantes.

As experiências de cada um com o lugar também contribuem com este processo. São delas que partem os entendimentos e visões de mundo que cada sujeito produz sobre o lugar onde mora e desenvolve suas relações cotidianas. Para Kosik (2002, p. 79), “todo modo de existência humana ou de existir no mundo possui sua própria cotidianidade”. É ela, produzida pelas experiências, possibilidades e atividades humanas, que faz com que o homem atribua sentidos à vida e valorize seus espaços de vivências.

Ao atrelar valor aos seus espaços de vivências, o homem produz um elo que o liga a terra e produz os sentidos da existência humana. O homem, cuja história é “fundamentalmente espacializada” (BESSE, 2006, p. 93), a constrói por meio da cultura lhe proporcionando uma identidade adquirida por meio de suas experiências com o lugar. Pensando no Tocantins, podemos considerar que as identidades culturais regionais construídas “caracterizam o Tocantins e os seus sujeitos no momento de sua instituição e consolidação (...) carregado de significados que (...) potencializam a veiculação de imagens do Tocantins e dos tocantinenses que tendem a ser marcantes no imaginário de esferas da população” (MOTTER, 2010, p.11). Nesse sentido, as rugosidades impregnadas na paisagem pelo processo histórico e a produção de seus momentos colaboram na construção desta identidade cultural regional por meio da construção de um patrimônio, tanto material como imaterial, que ajudam os atores políticos a elaborarem o que eles consideram como referências culturais regionais do estado.

Uma outra problemática sobre as identidades regionais que podemos levantar diz respeito a um conflito existente entre fronteiras políticas e fronteiras culturais. Pensamos que as manifestações das identidades culturais regionais ultrapassam os limites políticos. Hall (2009, p. 35) afirma que “as culturas sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos”. Se essa transgressão ocorre entre as fronteiras nacionais, acreditamos que o mesmo se faz presente entre as fronteiras regionais haja vista a detecção de muitas características culturais goianas presentes na vida cotidiana do Tocantins, como hábitos alimentares e de linguagem.

Além do patrimônio, as notícias e editoriais veiculados pela imprensa, a literatura regional e a formação de símbolos regionais (como hinos, bandeiras, festas) são instrumentos que auxiliam na elaboração e divulgação de uma identidade cultural construída em uma temporalidade histórica que se (re)atualiza a cada instante a fim de manter a memória e a representação regional sempre presente no imaginário coletivo. Dessa forma, concordamos com Hall (2009, p. 81), quando este

autor afirmou que “as identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder. Toda identidade é fundada sobre uma exclusão, e nesse sentido, é ‘um efeito do poder’”.

Tocantins, de certa forma, ainda é um pouco de Goiás. Afirmamos isso com base nas rugosidades expressas nas paisagens e no modo de organização da vida social. Evidentemente que em mais de 20 (vinte) anos de emancipação do estado e do território goiano, muitas coisas foram modificadas. Não negamos o desenvolvimento de uma infraestrutura capaz de facilitar a comunicação e a circulação de bens, mercadorias e pessoas pelo território tocantinenses. Mas o tempo deixou algumas marcas na paisagem que são elementos que nos remetem ao tempo goiano.

Como nos diz Besse (2006), as paisagens são formas de expressão. Elas nos remetem a momentos históricos passados que revelam as marcas do tempo. Para Dardel (2011, p. 32-33), “o passado revelado na paisagem atesta que a superfície e o volume do espaço terrestre se abre para uma outra dimensão que é atemporal”. Esse é o caso da cidade de Natividade, a qual surgiu da expansão mineradora do século XVIII, e que teve seu Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 16 de outubro de 1987, quando ela ainda pertencia ao “norte goiano”.

Assim, segundo Santos (2008, p. 173), o lugar torna-se a testemunha da memória das coisas fixadas na paisagem criada, o que possibilita a consolidação e produção de um espaço simbólico que reorganiza a cada instante os sentidos de objetos, lugares, pessoas e discursos. Para Dardel (2011, p. 33), a “(...) espacialização geográfica, porque é concreta a atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento”.

Entendemos que a formação do Estado do Tocantins é resultado de um conjunto de atos políticos exercidos por diversos atores. Ele é produto de uma clara imbricação e articulação entre política e cultura na elaboração de discursos e de construção de um universo simbólico pelos interessados na emancipação da região até então definida como “norte goiano”. Esses atores, por meio de discursos e elaborações simbólicas, construíram um imaginário coletivo em torno do espaço de representação tocantinense manipulando, inclusive, a formação de uma identidade cultural regional.

Diversos movimentos, cada qual em um momento histórico apropriado, produziram seus sentidos e defenderam suas posições com relação à emancipação do “norte goiano”. As justificativas foram produzidas, cada qual, pelo seu tempo. Desde o século XIX temos registros de movimentos separatistas. A emancipação do Tocantins com relação a Goiás apresenta uma leitura historiográfica, com a delimitação e demarcação do tempo e do espaço de cada contexto específico na luta pela emancipação do norte goiano ao longo dos séculos XIX e XX, destacando três momentos importantes desse conflito emancipatório: 1821-1823; 1956-1960; e 1985-1988.

No primeiro momento, 1821-1823, a oposição do norte ao centro-sul de Goiás estava na questão da cobrança de impostos de captação de ouro. As minas do norte possuíam valores mais elevados a serem pagos aos cofres públicos do governo que o das minas de Goyazes, no centro-sul. Segundo a historiadora Cavalcante (2003, p. 202-203), percebe-se nas falas dos protagonistas de 1821 que a configuração daquele momento político apontava para duas direções para a sustentação do Governo Independente do Norte: a) ele poderia tanto estar articulado ao movimento de Independência do Brasil, ou b) aliar-se às Cortes de Lisboa. A posição de Joaquim Theotônio Segurado na época foi a de manter-se fiel a Portugal, entretanto com uma administração independente do capitão-general Sampaio, instalado no Centro-Sul de Goiás.

Já em relação ao segundo momento, 1956-1960, a autora faz uma alusão ao projeto de expansão do Estado brasileiro em direção ao interior como uma das razões que fundamentaram a emancipação do Norte de Goiás em relação ao Centro-Sul do referido estado. Segundo Cavalcante (2003, p. 203-204), isso se tornava possível pelo fato de o momento político nacional da segunda metade da década de 1950 ter sido marcado pelos projetos de expansão e integração do território nacional.

Esses projetos acabaram por configurarem-se promissores nas falas dos nortenses, que recriaram o discurso autonomista do norte goiano, alimentadas nas diretrizes políticas do Governo Federal, as quais eram voltadas para a ocupação dos espaços vazios interioranos. Isso, posteriormente, foi possível de ser percebido com a construção de Brasília no planalto central goiano por iniciativa do governo Juscelino Kubitschek, voltado para a interiorização das políticas de planejamento. Era preciso ocupar o Brasil, e o Centro-Oeste de Goiás estava encampado nesse propósito.

Em relação à terceira etapa da luta emancipatória do estado do Tocantins, a autora destaca que o discurso de 1985-1988 era pautado, sobretudo, nas diferenças culturais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás. Para Cavalcante (2003), enquanto o Centro-Sul goiano evidenciava uma sólida integração econômica com o mercado da região Sudeste do Brasil, acentuavam-se as diferenças internas entre o norte e o sul do estado, devidamente criadas com esse propósito.

A expressividade dessa diferença foi tomada na construção do discurso autonomista regional a partir das peculiaridades que identificariam, diferentemente, o Tocantins e Goiás. Dessa forma, observa-se que cada momento histórico, caracterizado por diferentes contextos, produziu suas argumentações que justificavam a formação do Tocantins.

O importante a destacar é que, por mais diferente que fosse os argumentos produzidos ao longo destes anos, o imaginário do abandono que apareceu nas falas de nossos entrevistados estava sempre presente. Na década de 1980, ele ficou mais evidente pelas ações de parlamentares,

empresários, juristas, dentre outros, interessados na emancipação da região. Ele alimentou um imaginário social que legitimava, de certa forma, a criação do novo, do Estado do Tocantins.

Isso não significa afirmar que seja o mesmo movimento. O discurso construído de uma luta histórica pela criação do Tocantins, que começou no fim do século XIX e encerrou apenas no século XX, apresenta uma linearidade no movimento, uma continuidade de mais de um século. Em nosso entendimento não foi isso o que aconteceu: os movimentos foram distintos, com atores políticos cada qual de seu tempo e que não representava os mesmos ideais.

Entretanto, isto revela a historicidade do lugar, o qual alimenta os imaginários coletivos. O Tocantins, como desejo, existe há mais de um século, e como unidade federativa instalada, possui pouco mais de duas décadas. A geografia que trata do espaço da humanidade (CLAVAL, 2010, p. 83) precisa voltar seu olhar para a forma como estes espaços foram produzidos, não somente no plano material, mas também imaterial, na perspectiva que alimenta os imaginários de grupos humanos acerca da porção da Terra que eles ocupam no espaço.

O espaço de representação é o meio pelo qual política e cultura (incluindo o universo religioso, como as explicações milenaristas) se articulam para apresentar novos significados à espacialização da vida social. Ele nasce dessa imbricação entre o político, o cultural e o religioso. Estes são mediados pelos discursos que, por meio da elaboração de símbolos, imaginário e memória procuram construir uma identidade ao habitante do Estado do Tocantins que legitime as falas de seus produtores que, em muitos momentos, recorrem a uma representação mítica da vida social. Nessas articulações, podemos estabelecer uma clara relação entre o poder, a prática social e o fato cultural como elementos centrais do espaço de representação desta unidade da federação brasileira.

Para tanto, necessitamos de uma análise da dimensão simbólica construída sobre os espaços de vivência para podermos detectar as representações elaboradas em torno deles e de suas geografias. Para Gil Filho (2005, p. 57),

uma Geografia das Representações é uma Geografia do conhecimento simbólico. Assume as representações sociais como ponto de partida para uma Geografia Cultural do mundo banal, da cultura cotidiana, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política.

A questão da identidade cultural emerge e ganha força, sentido e significado nessa análise por a entendermos como um fato político e que por meio dela podemos construir espaços de representações regionais sem perder de vista que sua dimensão, além de espacial, também é temporal e existencial.

4. Considerações Finais

Nas falas de nossos entrevistados havia esperanças, sonhos, expectativas e possibilidades que revelavam a atitude dos moradores do norte e extremo norte do até então Goiás de conceberem a emancipação da região. Cada um reproduziu, a sua maneira, o seu Tocantins. Isso fez com que se projetasse na percepção de cada um sua identidade com a nova unidade da federação. As respostas foram unânimes: eles se identificavam com o novo que surgia. Um dos elementos que explica isso pode ser o que já relatamos acima: em suas interpretações, o Tocantins já existia e sua emancipação com relação ao estado goiano era uma questão de tempo.

E esta é uma perspectiva que a geografia precisa explorar um pouco mais: os espaços concebidos no imaginário social, os quais podem ser construídos por discursos políticos, relatos de viagens, textos literários ou por outras formas simbólicas, mas que são espaços de homens que sonham com o que está para além do visível e que, de uma certa forma, constroem mundos, lugares e territórios de vivências. Porque o viver está para além do imediato materializado nas formas paisagísticas que desenham a nossa cotidianidade; ele está também para o universo imaterial que modelam nossas expectativas a partir do nosso *existir espacial*.

A possibilidade de termos explorado estas questões com os professores matriculados no curso de Geografia do PARFOR de Araguaina foi interessante pelo fato de serem pessoas que, em sua maioria, vivenciaram este processo e que possuem um ponto de vista enriquecedor: são os olhares daqueles que se sentem como testemunhas oculares dos sentidos goianos que se tornaram tocantinenses. Suas identidades existenciais foram modificadas por fatos políticos que os retiram da região centro-oeste do Brasil (quando eram goianos) e os colocaram na região norte (agora tocantinenses). Tudo muito rápido. Num piscar de olhos. Da noite para o dia!

Referências

- ARAUJO, Frederico Guilherme B. de; HAESBAERT, Rogério. **Identities e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CAVALCANTE, Maria do E. S. Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.
- DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DESCHAMPS. Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia Social**: dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

- GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, nº 19-20, p. 51-59, jan/dez 2005.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**. Identidade e Mediações Culturais. Belo Horizonte: EDUFGM, 2009.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis; Vozes, 2000.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOTTER, Ana Elisete. Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002). **Tese (Doutorado em História)**, 2010. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
- RODRIGUES, Jean Carlos. **O estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense**. São Paulo: Blucher, 2010.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.
- _____. **Espaço e Lugar**. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983

Recebido em: novembro de 2011.

Aceito para publicação em: janeiro de 2012.